

VENHA, VENHA O VOTO FEMININO: EMBATES TRAVADOS NA IMPRENSA PERIÓDICA OITOCENTISTA NO RIO DE JANEIRO

Cristiane Ribeiro⁴⁵

Artigo recebido em: 24/05/2018

Artigo aceito em: 03/07/2018

RESUMO:

Neste artigo, propomos uma análise da discussão sobre o voto feminino travado no Império do Brasil, circulando nos impressos diários da corte a partir da segunda metade do século XIX. Nossos objetivos serão, por um lado, o de compreender como os jornais diários vinham abordando tal discussão, atentando-nos num estudo sob a perspectiva das relações de gênero e de poder imbricados nos jornais. Do mesmo modo, problematizamos a inserção da reivindicação feminina pela participação política, presente em meios de grande circulação, que por muito tempo permaneceu marginalizada em estudos históricos durante o Oitocentos.

PALAVRAS-CHAVE:

Voto feminino; Imprensa Oitocentista; Relações de Gênero.

ABSTRACT:

In this article, we propose an analysis of the discussion about the female vote held in the Brazilian Empire, circulating in the daily court papers from the second half of the nineteenth century. Our objectives will be, on the one hand, to understand how the daily newspapers were approaching such a discussion, considering a study from the perspective of gender relations and power imbricated in the newspapers. In the same way, we problematize the insertion of the female claim by the political participation, present in means of great circulation that for a long time remained marginalized in historical studies during the Eighth.

KEYWORDS:

Female vote; Eighteenth Press; Gender Relationships.

* * *

INTRODUÇÃO

⁴⁵ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, linha de pesquisa: *Narrativas, Imagens e Sociabilidades*. Integrante do Núcleo em Estudos de História Social da Política (NEHSP-UFJF). Bolsista CAPES. CV: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaev.do?id=K8170351Z0>

Os estudos das relações de gênero que se estabeleceram hoje na Academia, enveredaram-se sobre temáticas diversas, abordando desde as desigualdades e hierarquias presentes no decorrer dos séculos e suas ressignificações, até a constituição do sujeito e de suas identidades, a partir de uma ideia de performatividade. (BUTLER, 1989)

A consolidação do campo em estudos de gênero se deu concomitante e possui relação direta com o movimento feminista, compreendido entre as décadas de 1960 e 1980. A partir de então, devido a entrada significativa de mulheres nas universidades, começa-se a questionar o sujeito humano universal sob uma epistemologia feminista. Na História, em especial, historiadores e historiadoras buscaram dar significação a atuação feminina nos processos históricos, colocando-as como sujeitos.

De acordo com a historiadora americana Joan Wallach Scott, o gênero é uma importante categoria para a análise histórica, constituída através das relações sociais que se fundam na diferença e com principal atenção para os sistemas de significação, isto é, as maneiras como a sociedade representam o gênero com o passar dos séculos, numa completa teia de relações e poder imbricados. (SCOTT, 1995)

Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, a inclusão das mulheres nos estudos históricos, implicou num questionamento dos principais paradigmas já existentes, legitimados e estabelecidos na disciplina. Para a autora, vão ser os estudos feministas a propor uma redefinição dos projetos ligados a subjetividade, devido, principalmente, as novas abordagens históricas e filosóficas. (DIAS, 1992)

Mediante as transformações que tiveram início na década de 1960 e passaram por processos de transformações no decorrer das décadas posteriores, a História, tem hoje, se preocupado em buscar trazer à tona acontecimentos até então desconhecidos, colocando as mulheres no centro de suas pesquisas. O presente trabalho, buscará abordar uma discussão, o voto feminino no Império Brasileiro, até então pouco trabalhada ou discutida sob a perspectiva das relações de gênero, valendo-nos da imprensa periódica que circulou na Corte. Para tanto, devemos ter em mente algumas problematizações que contribuam para que tenhamos o compromisso de não fazer uma escrita da história homogeneizante.

Sabemos que durante toda a história da humanidade, desigualdades estruturais foram se perpetuando por questões ligadas a gênero, raça e classe. As reivindicações femininas por participação que tiveram início no século XVIII com a Revolução Francesa⁴⁶ e os ideias de fraternidade, liberdade e igualdade, foram encabeçadas por mulheres letradas e com forte interferência das ideias iluministas que vinham sendo disseminadas por todo o mundo. À medida que as décadas foram avançando, novas ideias e reivindicações vieram a ser incorporadas e resignificadas pelas gerações futuras de mulheres, essas, também, imersas num meio letrado e de forte influência intelectual.

Por que colocamos isso? Antes de iniciarmos é fundamental que tenhamos pleno entendimento do contexto a ser analisado. Durante o Oitocentos no Brasil, foram poucos sujeitos que tiveram oportunidades de instruírem-se, em meados do século estudos apontam apenas 15 % do total da população, ou seja, deve ser destacado não apenas uma desigualdade de gênero nesse período, mas, também, de raça e classe. Imerso nisso, diversas mulheres mal sabiam assinar seus nomes e, outras, estiveram presas às amarras da escravidão, não se encaixando nas reivindicações pela aquisição do direito ao voto, que abarcavam apenas senhoras letradas.

Flávia Biroli nos aponta que a dualidade entre público e privado, sendo o primeiro reservado ao masculino e o segundo ao feminino, constitui papéis e produz o gênero, mas não o faz da mesma forma para todas, reproduzindo hierarquias (BIROLI; MIGUEL, 2018). Diante dessa dualidade, que esteve presente durante todo o século XIX, as mulheres tinham poucas oportunidades para além do âmbito doméstico de suas casas, mulheres estas que se encaixavam em uma burguesia aristocrática ou emergente e que, buscavam instrução e inserção no mundo do trabalho e até mesmo na política, apesar dos embates presentes, inclusive nos próprios meios femininos.

Nosso trabalho buscará abordar a discussão do voto feminino presente nos periódicos redigidos por homens e de circulação diária, propiciando um levantamento de como tal discussão esteve sendo abordada, colocando-a como mais do que presente, mas

⁴⁶ Exemplos se deram nas atuações de Olympe de Gouges, revolucionária que escreve em 1791 a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, na qual reivindica os direitos como cidadão para as mulheres, contrapondo-se a *Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão*; e Madame de Stael, uma literata de trajetória significativa na França e que se tornou inimiga pessoal de Napoleão, necessitando banir-se do país por alguns anos.

comentada e apropriada por públicos distintos. Ao levantarmos isso, estamos inserindo um estudo que muito tempo permaneceu marginalizado na historiografia, que se ateve apenas com o findar do século XIX e o surgimento do movimento sufragista no Brasil a partir das primeiras décadas do século XX. Utilizamos como fontes os jornais: *Correio Mercantil*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Ilustração brasileira* e *Diário de Notícias*, todos de circulação diária e renome na Corte carioca ao período delimitado em nossa análise.

1- A IMPRENSA DIÁRIA DO XIX

Os impressos obtiveram trajetória significativa na história de toda a humanidade e têm sido fontes de grande valia para os (as) historiadores (as). Através deles, é possível apreendermos sobre as relações sociais e culturais e as distintas hierarquias de poder que competem a questões de gênero, classe e raça, resultando em desigualdades em seus diversos contextos de escrita.

Segundo o historiador americano Robert Darton, a história dos impressos se insere numa história social e cultural e, tem por finalidade, compreender como a palavra impressa afeta o pensamento e o comportamento da humanidade em seus contextos de circulação, levando a apropriações de públicos leitores (as) diversos. (DARTON, 2010, p.122). No século XIX do Brasil deve ser destacado que parte majoritária de sua população era analfabeta, ou seja, eram poucos que tinham acesso à leitura de periódicos.

A imprensa surge apenas em 1808 no Brasil, devido a vinda da família real portuguesa e a instalação da Imprensa Régia. O primeiro periódico a circular foi *A Gazeta do Rio de Janeiro* e possuía como intuito apenas a divulgação de informações oficiais do Poder Real. Até este momento não se tinha uma liberdade de opinião, que só foi alçada em 1821, com o decreto de 02 de março. Posterior a ele, alguns anos depois, apareceram diversos jornais de iniciativa privada que trouxeram como pauta, inicialmente, os debates realizados no âmbito político do Império, vindo a fomentar distintas disputas de projetos políticos de Nação.

O periodismo que surgia, tinha por pretensão marcar uma hierarquia de poder

político na Corte. Entretanto, segundo Marco Morel:

A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa. (MOREL, 2008, p.25)

A circulação de palavras não se dava apenas pelos impressos, mas também pela troca de experiências e conversas entre sujeitos, que estavam atentos aos acontecimentos sociais e políticos que vinham acontecendo na sociedade. Com o passar das décadas, foram ocorrendo mudanças e surgindo novos espaços que viriam a fomentar comunicação de ideias e opiniões, um exemplo que se deu esteve relacionado as leituras públicas feitas em saraus, bibliotecas, teatros e cafés, que contribuíram para que analfabetos pudessem se apropriar das ideias através da palavra falada.

Os conteúdos publicados nos periódicos dependiam muito de quem os escreviam e dos seus interesses, mais tarde, dirá respeito, especialmente, a seu público leitor, que variava de jornal para jornal. (SILVA; FRANCO, 2010). Nas páginas impressas oitocentistas é possível veicular distintas opiniões e disputas de poderes, na qual o gênero mostra-se, cada vez mais marginal, permanecendo assim por todo o século.

Através da imprensa foi possível tornar público notícias, sejam políticas, econômicas e /ou religiosas. Uma sociedade escravocrata, patriarcal e majoritariamente analfabeta, não era de se estranhar que, em seu início, essa imprensa que surgia estivesse nas mãos dos poucos que detinham grande poder sobre os conteúdos que viriam a ser publicados:

Para esses tempos, para essa gente, para a estrutura nova que, a pouco e pouco, se firma e se consolida, a imprensa deve estar em suas mãos, deve servi-la, deve contribuir para a estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência. (SODRÉ, 1966, p.209).

Aos poucos, essa imprensa começa a adentrar na casa de diversos leitores e algumas poucas leitoras. Surgem, com o passar das décadas, uma infinidade de periódicos com os mais diversos assuntos desde políticos, notícias do cotidiano da corte, da família real, movimento escravista, entretenimento, folhetins, romances, sendo estes últimos

relacionado a literatura, que penetrava na imprensa e vinha ganhando grandes proporções, tornando pública a aparição de literatos como Machado de Assis, José de Alencar, Gonçalves Dias, Aluísio Azevedo, Castro Alves e algumas poucas mulheres, como foi o caso de Nísia Floresta, Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Ignez Sabino.

É importante salientarmos que a imprensa do XIX foi lócus de presença majoritariamente masculina, que detinham grande poder sobre os interesses no conteúdo a ser divulgado. Tudo o que veio a ser escrito e publicado nos jornais de grande circulação era construído a partir de uma dominação masculina. Como enfatizado na introdução, a dicotomia entre público e privado estava posta e legitimada através de práticas cotidianas diversas.

Entretanto, aqui cabe destacar que essa dicotomia pode ser aplicada mais corretamente a mulheres de famílias burguesas que tinham uma moralidade a defender. Outras, como libertas, escravizadas e comerciantes, já vinham se fazendo presentes nos espaços públicos há tempos, na maioria das vezes, trabalhando e constituindo estratégias de sobrevivência naquele meio. Ou seja, a restrição que apontamos relaciona-se aquelas mulheres brancas, letradas e de “boa índole” que eram educadas apenas para serem esposas e mães. (HAHNER, 2016)

As transformações sociais urbanas e culturais pela qual o Império vai passar, a partir de meados do século, com o intuito de modernizar e urbanizar o Rio de Janeiro, como calçamento das ruas, paquetes, telégrafos, iluminação, comércio, indústrias, abastecimento de água e movimento bancário, refletiu e apareceu noticiado nos jornais, interferindo muito na presença e nas sociabilidades de mulheres, um exemplo é o surgimento do primeiro jornal estritamente feminino, feito por e para mulheres, em 1852, o *Jornal das Senhoras*, sob redação da argentina Juana Paula Manso de Noronha. “A imprensa, como todo o conjunto da cultura, refere às transformações da época.” (SODRÉ, 1966, p.214)

Mulheres instruídas, apesar de poucas, tornam-se leitoras de jornais, levando-as à distintas apropriações do conteúdo escrito. “O público feminino era incentivado a comprar através de anúncios de jornais.” (FERREIRA, 2005, p.07). Tudo que era divulgado pela imprensa vinha a gerar reverberações, o que possivelmente, levou diversas mulheres a se

empreitarem na criação de periódicos femininos, que tinham, inicialmente, a tarefa de propagar a emancipação feminina na busca por uma educação igualitária com os homens.

Em meados do século, após o surgimento do *Jornal das Senhoras* em 1852, várias outras também se empreitaram na redação de periódicos, exemplos estes: *Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873), *O Domingo* (1873), *Echo das Damas* (1879) e *A Família* (1888). Tais periódicos, possivelmente, foram responsáveis em tornar mulheres não apenas leitoras, mas, agora também, escritoras, trazendo propósitos de mudanças em suas vidas. "Os costumes custaram a ceder a novos hábitos e a transição da condição feminina no século XIX foi lenta, sutil e gradual." (VERONA, 2007, p.40). Os jornais femininos que emergem apareceram como um contrapondo a imprensa periódica tradicional e diária, apesar de ter permanecido marginalizada, não afetando a ordem vigente.

Os principais jornais diários durante o XIX que obtiveram grande circulação, adentrando em um maior número de leitores (as), foram: *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Diário de Notícias e Correio Mercantil*, que contaram com inúmeras impressões e se perpetuaram por algumas décadas consecutivas.

O *Jornal do Comércio* foi fundado pelo francês Pierre Plancher e circulou pela primeira vez a partir de outubro de 1827, tendo edições ininterruptas durante todo o século. Em seu surgimento, "teoricamente, o periódico se colocava afastado das questões políticas, mas com o tempo ficou evidente que aquele homem das letras [...] não ficaria satisfeito veiculando apenas notícias mercantis." (FUTATA, 2008, p.67) O periódico passou pela mão de diversos redatores: Junius Villeneuve, Francisco Antônio Picot, além de diversos colaboradores como Joaquim Manuel de Macedo, Justiniano José da Rocha e Joaquim Nabuco. Por ter sido um periódico de circulação diária até o fim do Império, o mesmo obteve renome e foi responsável por formar opiniões públicas sobre distintos assuntos.

O *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil* também foram periódicos de circulação diária de grande importância na Corte carioca. O primeiro, durou 57 anos e o segundo por quase 20 anos. A importância de ambos, relaciona-se ao fato de terem sido, junto com o *Jornal do Comércio*, os principais jornais que vão estar sendo impressos diariamente no Rio de Janeiro, trazendo propósitos, notícias e ideias diversas. Em todos os três, apareceram escritos, em especial nos Folhetins, direcionados para o público leitor

feminino, na qual era presente traduções de romances franceses de grandes literários a época, como já demonstrado.

O *Diário de Notícias* surgiu apenas em 1870 e funcionou até 1872. O jornal teve como redator o seu proprietário, A. Clímaco dos Reis, circulando, também, diariamente na Corte durante os anos em que foi impresso, com uma tiragem de 6.000 exemplares. Esse periódico, apesar dos poucos anos de sua circulação, é significativo ao abordar a emancipação feminina em suas publicações de artigos e folhetins. Em sua primeira edição, apareceu que anúncios e escritos literários seriam feitos a partir do pagamento de 80 rs a linha, além de deixar claro seus propósitos de divulgar escritos literários e notícias que fossem interesses da população letrada. Ou seja, as publicações localizadas que concernem a aquisição de direitos para as mulheres, foram aceitas pelo seu redator como um assunto de importância significativa para quem vinha lendo o seu jornal.

O conteúdo publicado nessa imprensa diária da corte, abarcava desde questões políticas, econômicas, internacionais até religiosas, literárias, ofertas e buscas de serviços, traduções de romances, saídas e entradas em portos brasileiros, falecimentos, vendas e aluguéis de escravos. Além do mais, todos os seus redatores, homens e brancos, detinham grandes responsabilidades e poder no conteúdo que estava sendo colocado em circulação, corroborando fortemente para desigualdades.

Sobre a presença feminina, pouco ou nada se deu. Os casos que se deram estiveram relacionados à oferta de serviços como de professoras, musicistas ou parteiras e a publicação de alguns folhetins e artigos, como buscaremos mostrar. Era muito comum que mulheres utilizassem do anonimato e isso se relaciona a uma busca por legitimação e aceitação de seus escritos do âmbito da imprensa, devido a esse espaço ter sido, durante décadas, reservado apenas ao masculino e a propagação de suas ideias.

2- O VOTO FEMININO COMO DISCUSSÃO NOS IMPRESSOS OITOCENTISTAS

As discussões historiográficas sobre o direito de voto para as mulheres no Brasil,

em sua maioria, têm-se concentrado no final do século XIX e início do XX, no qual abordam o surgimento de um movimento sufragista mais organizado a partir de 1920 contando com figuras como Bertha Lutz e Leoninda Daltro. Entretanto, um pouco antes, ainda em meados do século XIX, encontramos, também, a presença deste debate circulando na imprensa periódica diária da corte, permanecendo ainda pouco estudada. Esta imprensa, durante todo o século XIX, teve papel fundamental na disseminação e circulação de ideias, propiciando distintos debates e levando a apropriações mútuas e diferenciadas, como já trabalhado.

Aquela estritamente feminina que surge em meados do século, mais propriamente no ano de 1852 com o *Jornal das Senhoras*, conduziu incentivos para que outras mulheres viessem a escrever para os jornais que circularam ao contexto. Tal jornal trouxe consigo uma defesa incondicional da emancipação feminina, buscando, inicialmente, o direito educacional como meio de alcançar igualdade. De acordo com Zahidé L. Muzart:

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de frequentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto. O sufragismo foi o mote de luta do feminismo, como todos sabem, e foi também a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres. Sobre tal assunto, há um número muito grande de textos, de manifestos no mundo ocidental em geral, e no Brasil não foi tão diferente, embora de modo menos acentuado. (MUZART, 2003, p.225)

De acordo com os apontamentos de Zahidé e com uma revisão bibliográfica feita sobre o tema, foi-nos possível perceber que os trabalhos publicados até o momento se atentaram com a reivindicação feminina pelo direito ao voto, apenas a partir da década de 1880 e o início do século XX. O período compreendido entre 1850 até 1880, especialmente, devido ao surgimento dos jornais estritamente femininos, esse debate sobre o direito ao voto é totalmente desconhecido na historiografia.

Entretanto, ao fazermos uma pesquisa nos impressos tradicionais e diários que estavam circulando a partir de 1850, percebemos que a discussão sobre o direito ao voto para as mulheres esteve sim sendo debatida naqueles escritos, seja de forma favorável ou contrária, como buscaremos demonstrar, entretanto pouco ou nada foram trabalhadas em

pesquisas.

Já a imprensa feminina que surge, não veio a defender abertamente a conquista pelo direito ao voto para as mulheres, algumas redatoras acreditaram que fosse uma pauta para as mulheres modernas e que, não cabia a elas reivindicarem por isso naquele momento. (OLIVEIRA, 2009) A principal reivindicação permaneceu, por alguns anos, apenas pelo direito a educação.

A imprensa e a política, por um longo período, foram espaços de imposição de poder e hierarquias, no qual apenas homens se faziam majoritariamente presentes. Apesar dos diversos avanços ocorridos desde então, a política tem permanecido como lócus masculino. De acordo com Flávia Birolí: “Em 2017, o Brasil ocupava a 154^o posição no ranking global feito pela Inter-Parliamentary Union (IPU), com 10,7% de mulheres na câmara dos deputados e 14,8% no senado federal.” (BIROLI, 2018, p.176)

No ano de 1865, o *Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal* publicou a seguinte notícia:

Pelas linhas seguintes, extraídas de uma folha de Nova York, vê-se que os direitos da mulher continuam a ser vivamente defendidos nos Estados Unidos. [...] Eis ainda uma dama. Mad. Antoinette Brown Blackwell, que aspira ao título de benemérita do seu sexo. Anteontem à noite fez esta senhora em Cliton-Hall uma leitura sobre os direitos da mulher. Apesar da veemência de tempo, via-se ali uma multidão composta de pessoas bem vestidas e educadas, Mme. Brown Blackwell declarou que perante a lei humana a mulher não devia ser inferior ao homem, posto que, ela o reconhece, toda a superioridade feminina seja excedida no sexo barbado por qualidades idênticas. Pede que as leis sejam iguais para todos e se admitam as mulheres aos mesmos direitos e funções que os homens. [...] Neste país, uma mulher pode ser advogado, ministro do evangelho, médico, poeta literato, artista, porém recusasse-lhe o direito de ser homem de negócios e a prática do governo. Nada mais. Em uma palavra, as mulheres são próprias para os mais altos empregos. [...].(Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1865).

Tal jornal teve grande prestígio à época, reverberando discussões naquele meio. Diante da publicação, podemos afirmar que a bandeira de defesa do voto feminino estava circulando em um nível internacional e chegando por meios impressos no Brasil, presente em círculos de senhoras letradas e de classes aristocráticas, como transparece no escrito. A partir de 1865, vários escritos eclodem nos jornais, sendo as mulheres objeto central: “Há

sim outra escola mais elevada, nobre e divina que adeja e impera nas mais puras regiões, as dos direitos da mulher! Direitos da Mulher! É a senha, base do novo evangelho, possuindo uma igreja, ritual e sacerdotes, lei canônica e culto.”⁴⁷

Alguns anos depois, em 1868, é publicado no Rio de Janeiro uma obra em que sua autora reivindicava abertamente a representação política da mulher, não apenas votando, mas também, podendo ser votada na Monarquia do Brasil. A sua venda apareceu noticiada em diversos jornais. No *Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal* no dia 20 de março de 1868 é descrita:

Publicação: Acaba de ser publicado um opúsculo sobre o título: *Tratado sobre emancipação política da mulher e direito de votar*. O título dá inteira ideia do assunto, que é tratado em linguagem boa e fácil, e o livro estudo e aplicação da parte de sua autora. Assina-se esta com as iniciais A.R.T.S. É sem dúvida a modéstia quem a faz proceder assim, pois que o seu trabalho é recomendável por mais de um título. (*Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1868).

Ao que tudo indica a obra foi posta para venda no início do ano, entre fevereiro e março de 1868. Os dados do anúncio nos confirmam uma autoria feminina, “parte da sua autora” e levanta-nos que a mesma havia estudado o tema e o resultado estava presente no conteúdo do livro que estava sendo vendido.

No mesmo dia, em 20 de março de 1868, o *Jornal do Comércio* também noticiou a venda:

Saiu a luz e acha-se a venda em Casa de Laemmert, 77 rua da quitanda, tipografia Paula Brito, 10 rua do Sacramento, B.L. Garnier, 69 rua do ouvidor, e em casa da autora, rua sete de setembro n. 223, 1 andar. TRATADO SOBRE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E DIREITO DE VOTAR. Esta obra se recomenda a todos os pais de família, deputados, corpo jurídico e todo mundo ilustrado do Brasil, 1 volume 2\$000

A publicação deixava claro o público que a mesma estava sendo direcionada: “pais de família, deputados, corpo jurídico e todo mundo ilustrado do Brasil”, ou seja, apenas mulheres e homens instruídos estariam aptos para a leitura do conteúdo ali presente.

A obra anunciada no *Correio Mercantil* e no *Jornal do Comércio*, não pode ser vista como um caso isolado dessa discussão durante o contexto. A mesma, inclusive, veio a gerar reverberações. Dois dias após a publicação dos anúncios, em 22 de março do mesmo

⁴⁷ *Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N. 276, 07 outubro 1867.

ano, um Folhetim do *Jornal do Comércio*, intitulado: *Será Sêrio?*⁴⁸ comentou sobre o conteúdo do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*.

[...]. É tempo de se pôr termo a estas injustiças, e eu proponho que para principiar se dê uma remuneração condigna à autora do tratado que acaba de publicar sobre a emancipação política da mulher e seu direito de votar. O melhor prêmio que podia dar, quanto a mim, seria algum dos empregos que ela reclama para o seu sexo. [...]. Quanto ao direito de votar sou de opinião que se conceda sem demora às mulheres, do que se tirará ao menos a vantagem de não termos tantos deputados feios. [...], depois que a mulher tiver por aspiração mais sobre ter amanuense n'uma secretaria do assentar o seu trono no lar doméstico, não receberei mais cartas como essa que acabam de entregar-me.

O autor, que não assinou seu nome, ao que tudo indica, fez uma leitura rápida da obra, dois dias após sua primeira aparição de venda nos jornais. Inicialmente, o mesmo levantou a necessidade de dar fim a desigualdade de gênero que estava imersa naquela sociedade, entretanto, com certos cuidados, o âmbito doméstico ainda permaneceria local de presença apenas de mulheres. Sobre o direito ao voto, a sua justificativa é apenas com o sentido de “embelezar a política”, ou seja, não se relaciona a uma real capacidade das mulheres para com questões políticas.

A autoria da obra foi publicada sob anonimato, A.R.T.S., fato dado, possivelmente, por ter sido uma prática comum ao contexto, uma vez que, nos anúncios de venda era descrito sua residência de morada, como um lugar em que o livro também poderia vir a ser adquirido em “Rua Sete de Setembro, n.223/1º andar”. A.R.T.S., na verdade, era as iniciais de Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma estrangeira húngara que vinha residindo no Brasil desde os seus sete anos de idade e que elaborou propostas de mudanças para aquele sistema desigual em que esteve imersa, sendo as mulheres excluídas de qualquer participação política.⁴⁹ Através de sua obra, que circulou no âmbito público do Império, a partir de 1868, podemos perceber que o debate vinha sendo travado e reivindicado por mulheres comuns, uma vez que o seu nome é totalmente desconhecido

⁴⁸ Folhetim publicado pelo *Jornal do Comércio* em 22 de março de 1868, logo após a publicação da obra no Rio de Janeiro.

⁴⁹ Para saber mais sobre a autora, Anna Rosa Termacsics dos Santos, ver mais em um artigo publicado em: RIBEIRO, Cristiane de Paula. A discussão sobre sufrágio em circulação nas páginas femininas durante o segundo reinado do império brasileiro. *Revista Ars Historica*, ISSN 2178-244X, n°15, Jul/Dez 2017, p. 315-333.

nos círculos literários femininos de sua época.

Ao localizarmos essa discussão travada, inicialmente, em dois jornais de circulação diária e depois se ampliando para outros no ano de 1868, percebemos que, ao que tudo indica, a mesma adentrou em um grande número de leitores e leitoras, gerando incômodos como também conseguindo adeptas à causa. Tal fato demonstra-nos uma comunicação propiciada entre a autora e o público que queria alcançar. Não sabemos a real recepção da obra em sua época, nem mesmo o número de cópias que foram produzidas, contudo, ao ser posta para venda em tais jornais percebemos que o debate travado nela, reivindicação pelo direito ao voto, estava sendo divulgado e, quem sabe, dando início as maiores reverberações que surgiriam com o findar do século.

A partir da década de 1870, tornou-se prática mais comum que os jornais abordassem o sufrágio feminino em suas publicações, noticiando, em especial, acontecimentos de outros países: “As mulheres de Indianópolis (Estados Unidos) requereram o direito de votar.”⁵⁰ Ao contexto, o país norte americano já vinha contando com o debate mais abertamente, tendo mulheres criando associações e organizando convenções em prol do direito ao voto, fato que pode ter gerado grandes interferências no caso brasileiro.

De acordo com Ângela Davis, no mesmo contexto nos Estados Unidos, as mulheres brancas e de classe média já vinham se organizando e participando de eventos, colocando em discussão a participação política feminina. Tal fato se deu devido às suas experiências compartilhadas no movimento abolicionista americano, na qual muitas se empenharam na causa acompanhando seus maridos e, viram ali, uma oportunidade de reivindicarem seus direitos. (DAVIS, 2016). Por lá os impressos também contribuíram em toda a movimentação e vinham sendo os responsáveis pela comunicação na busca de apoiadores e apoiadoras.

O *Diário de Notícias*, dentre todos os periódicos aqui, foi o que mais encontramos publicações que abordaram a busca feminina por direitos, inclusive o de voto. Além das notícias e acontecimentos de países europeus e dos Estados Unidos, nas quais o sufrágio

⁵⁰ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.04, 05 agosto 1870.

feminino e a entrada das mulheres nas universidades aparecem como grandes avanços e como destaque do jornal. Uma dessas publicações chamou nossa atenção:

Mais uma vez a inteligente autora do livro *Emancipação das Mulheres*, dá as nossas leitoras o seguinte artiguinho: 'A sujeição da mulher, com sua ignorância é o dragão que corrói nas raízes do Brasil: é o símbolo da corrupção que corrói a felicidade e o progresso do gênero humano. Com a elevada educação nas universidades que se devia dar as mulheres haviam se acabar as guerras, o resto abominável dos séculos bárbaros; porque a força moral há de substituir a força bruta, e os tribunais e as universidades decidirão as dúvidas das nações como dos indivíduos; acabarão as moléstias e os crimes, porque criarão seus filhos fisicamente, como moralmente melhor. Acabará a pobreza porque aparecerão milhares de novas indústrias e descobertas, porque o espírito não tem sexo. Inumeráveis talentos que gemem fechados em quatro paredes, debaixo de um bruto despotismo, podiam ser ganhos para a sociedade. Se se concedesse as mulheres privilégios políticos, ela, como anjo de paz e de amor, havia de conciliar os partidos e as nações. Na legislação se havia de sentir logo sua doce influência, porque precisamos tanto de misericórdia como de justiça. Quando ela se vê defeituosa em todos os países é pôr a lacuna do segundo elemento que é um desvio da natureza. (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1870).

O escrito transcrito, como se percebe, é da mesma autoria da obra posta para venda em 1868 pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Correio Mercantil*, citada por nós anteriormente, o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. A autora não apenas se contentou em escrever uma obra, mas, vinha pondo seus questionamentos em periódicos, no qual todos tinham a defesa da extensão dos direitos políticos para as mulheres e uma igualdade de fato com os homens⁵¹.

De acordo com a concepção da autora, a sujeição em que as mulheres se encontravam era um mal abominável para a humanidade, que incapacitava o progresso de todo o gênero humano. Segundo ela: “se concedesse as mulheres privilégios políticos, ela, como anjo de paz e de amor, havia de conciliar os partidos e as nações”, ou seja, as mulheres seriam capazes de contribuir na política e trazer melhoras por todo o mundo. Ela ainda deixa claro sua reivindicação pela ampliação do pleito político para as mulheres e, ao que tudo indica, não foi uma mulher que teve medo de expressar suas ideias e muito menos se esconder, uma vez que seu endereço residencial foi anunciado nos jornais.

Por outro lado, o que se sobressaía na imprensa eram os discursos contrários à aquisição desses direitos tão reivindicados, sobretudo, o direito ao voto. O que nos aguça

⁵¹ Localizamos diversos artigos sob a autoria Anna Rosa Termacsics dos Santos publicados no *Diário de Notícias*, em distintas edições do mês de outubro de 1870.

a pensar a inserção de mulheres como a autora da obra anunciada nos jornais, naquela sociedade em que o gênero feminino e a política eram incompatíveis. Era inimaginável mudar a ordem e ampliar o pleito eleitoral para as mulheres e, políticos vinham proferindo isso em seus discursos parlamentares. Uma Câmara dos Deputados e de Senadores composta por homens brancos e grandes proprietários eram responsáveis por discutir questões que se referiam as mulheres, numa grande relação de poder em que elas não tinham minimamente o direito a opinar.

Em 1870, o *Diário do Rio de Janeiro* transcreveu uma reunião do Senado. O discurso do senador Jerônimo Martiniano Figueira de Mello sobre as propostas de reformas eleitorais, que vinham sendo debatidas nas sessões políticas, chamou nossa atenção, em especial, sobre os seus questionamentos:

O nobre senador pelo Ceará, e depois o nobre senador pela Bahia pedem que se faça a reforma eleitoral: mas em que sentido? Quererão o voto público e secreto? Quererão a representação somente das maiorias, como é atualmente o nosso sistema, ou que pela eleição também sejam representadas as minorias? Quererão dar o sufrágio ao belo sexo, quando tiver certas condições de renda? Quererão outras condições mais da reforma eleitoral? Nada dizem, mas só: venham as reformas! [...].*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1870).

Através do discurso enunciado, podemos perceber uma não aceitação ao voto feminino, colocado como um impedimento nas palavras do senador. Opinião como a dele eram as mais comuns ao período, sobressaindo nos discursos políticos, impressos e religiosos da época. A política era tida como incompatível ao “belo sexo” e como lugar de poder e presença apenas de homens. Questões de gênero que nos ajudam a compreender as relações desiguais imbricadas no meio social como processos hierarquizados e legitimados historicamente.

Outros periódicos, nesse mesmo período, optaram por abordar a discussão sobre o voto feminino numa perspectiva estética, ou seja, mulheres como aquelas que iriam fornecer melhorias, relacionadas a suas características físicas e estereótipos que envolviam a construção do gênero feminino como “belo sexo”. Em 1877, a revista *Ilustração Brasileira* assim publicou: “Venha, venha o voto feminino, eu o desejo, não somente por que é ideia

de publicistas notáveis, mas porque é um elemento estético nas eleições, onde não há estética.”⁵²

Segundo a revista, a participação feminina não se daria a partir da real capacidade das mulheres em igualdade com os homens, mas sim, pelas construções de gênero a que estavam impostas. Comparações entre mulheres e beleza, ou estereótipos como frágeis, doces, calmas, vulneráveis, permeavam os escritos impressos que circularam, legitimando, em suma, a incapacidade para questões que englobassem o público e a política. A presença das mulheres na política era tida como um modo de melhoramento e distração para os homens, que conviviam em seus meios apenas com outros homens, as mulheres políticas agradariam a todos.

A justificativa estética abordada na *Revista Ilustrada* pode ser comparada com o Folhetim de 1868 do *Jornal do Comércio*, transcrito anteriormente. Em ambos a extensão dos direitos políticos para as mulheres não era vista a partir de uma real capacidade e, sim, com outra contribuição, que recai diretamente nas construções hierárquicas de gênero nas quais as mulheres servem apenas para serem belas e doces.

A medida que o fim do século fosse avançando, sobretudo a partir de 1880, os discursos que envolviam aquisição de direitos políticos para mulheres foram aumentando, tanto favoráveis como contrários, fato que, possivelmente, faz referência a uma maior mobilização republicana no país, contando com a participação de mulheres que em seus discursos propunham um novo modelo de governo, no qual teríamos uma melhor representação política. Fato que sabemos que não aconteceu de fato.

Em 1886, alguns anos antes da Proclamação da república, *O Paiz* publicou um questionamento que vai estar presente em todas as mobilizações femininas que se procedem, levando ao movimento sufragista no início do século XX, mas propriamente a partir da década de 1920, a pergunta do jornal era: “Devem as mulheres votarem nas eleições de caráter político? Esta questão, que já é velha no velho mundo e nos EUA deve agora preocupar os nossos legisladores visto que tanto se fala em reformas na reforma

⁵² *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro. N.19, 01 abril 1877.

eleitoral.”⁵³

4- CONCLUSÃO

Sabemos que o direito ao voto feminino foi alçado apenas em 24 de fevereiro de 1932, no governo do presidente Getúlio Vargas. O decreto 21076 foi uma grande conquista para as mulheres, como resultado de demandas e lutas históricas que vinham se delongando desde os séculos passados, na qual diversas estiveram presentes e permanecem no anonimato histórico.

Todo o movimento que acarretou na conquista do voto feminino, contou com a presença de diversas mulheres pelo país, colocando seus anseios desde nos impressos do século XIX até as falas em programas de rádios no século XX. Entretanto, uma questão central deve ser destacada, a participação foi majoritariamente de mulheres brancas e de classe média, outras como negras e pobres não tinham a mesma condição de estarem reivindicando e se fazendo presente nesses espaços, por questões de marginalidade e relacionado a uma necessidade de sobrevivência, fatos que se relacionam as intersecções de raça, classe, etnia e a impossibilidade de explicarmos a vulnerabilidade apenas a partir do gênero. (BIROLI, 2018)

Durante o século XIX, as reivindicações dessas mulheres ocorreram prioritariamente através dos impressos, que como demonstrado ao correr de nosso trabalho, obtiveram grande importância na comunicação de ideias e nas suas apropriações. Ao fazermos aqui uma pequena trajetória sobre o aumento da aparição dessa discussão, o direito ao voto para mulheres, percebemos um aumento gradual nas suas reivindicações e que, principalmente, a partir de 1880 eclodem e têm maior visibilidade.

Entretanto, uma coisa é certa, mulheres já vinham reivindicando uma inserção no nacional, buscando o direito ao voto e a serem eleitas, desde meados do século, como comprovado através de anúncios, publicações e da obra aqui descrita. Entretanto, a conquista só se deu em 1932, o que não deslegitima toda a movimentação anterior. Por

⁵³ *O Paiz*. Rio de Janeiro. N.212, 02 agosto 1886.

muito tempo, a historiografia não se preocupou em trazer os acontecimentos desse período, acreditando que só foram ter início com o movimento republicano em finais do Oitocentos. Uma questão inédita e com capacidade de entendimento sob a perspectiva das relações de gênero que nos permitem compreender um momento histórico de grande valia para o Brasil.

REFERÊNCIAS:

Fontes:

Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal. Rio de Janeiro. Tipografia do Correio Mercantil DEF. J. Dos Santos Rodrigues & Cia. 1850-1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Diário de Notícias. Rio de Janeiro. Tipografia Progresso. 1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tipografia do Diário do Rio de Janeiro. 1850-1878. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp. 1850-1886. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Paiz. Rio de Janeiro. Tipografia Imparcial. 1860-1880. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Revista Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro. 1854 – 1855; 1876-1877. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Bibliografia:

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, **Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano**. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. Gênero - **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 91-97, dez. 2005.

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. **Imprensa e educação: Pierre Plancher e a ação político-educativa do Jornal do Comércio no final do Primeiro Reinado (1827-1832)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, 2008.

HAHNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) **Nova História das Mulheres no Brasil**, 1º edição, São Paulo: Contexto, 2016.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luisa; DE LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- MUZART, Zahidé L. Uma espiada na imprensa das mulheres
Florianópolis. **Revista Estudos Feministas**. 11(1): 336, jan-jun/2003.
- OLIVEIRA, Karine da Rocha, **Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX** através das páginas do Jornal A Família. Programa Nacional de Apoio à pesquisa – Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
- RIBEIRO, Cristiane de Paula. **A discussão sobre sufrágio em circulação nas páginas femininas durante o segundo reinado do império brasileiro**. Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, n°15, Jul/Dez 2017, p. 315-333.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul./dez. 1995, pp.71-99.
- SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara, Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa. **Revista História em Reflexão**. Vol. 4, n. 8. UFGD - Dourados jul/dez 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- VERONA, Elisa Maria. **Da feminilidade oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História). Franca: Universidade Est.